

## **Ethos racista de cor no futebol brasileiro: uma construção histórico-ideológica**

**Mirian Ribeiro de Oliveira**

Docente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Brasil.  
olivermirian@yahoo.com.br

**Resumo:** Objetiva-se examinar as representações histórico-ideológicas racistas de cor, produzidas no cenário do futebol brasileiro, referendando-se no seguinte problema de pesquisa: de que maneira o negro pode construir uma imagem positiva de si, se os discursos emergentes o colocam num lugar vazio, sem reconhecimento social, até mesmo no âmbito de um território convencionalmente construído como seu? Ancora-se na hipótese de que o *ethos* racista no futebol é uma construção histórico-ideológica, uma estereotipagem, gestada nas instâncias discursivas quotidianas do negro, em suas múltiplas relações com o outro. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, alicerçada na Análise do Discurso. Para tanto, fundamenta-se teórico-metodologicamente em Amossy (2007; 2008) e na visão de *ethos* apresentada por Maingueneau (2008a; 2008b), numa dialogicidade com teóricos das Ciências Humanas e Sociais pertinentes ao racismo de cor: Guimarães (2004; 2008), Munanga (2006) e outros de extrema relevância como Bourdieu (2011), no que tange às concepções de território e fronteira.

**Palavras-chave:** *Ethos*. Racismo. Futebol.

**Abstract:** The objective of this paper is to examine the racist historical-ideological representations of color, produced in the Brazilian soccer scenario, referring to the following research problem: how can Black people construe a positive image of themselves if the emerging discourses place them in an empty place, with no social recognition, even in a territory conventionally construed as theirs? The problem is grounded on the hypothesis that the racist *ethos* in soccer is a historical-ideological construction, a stereotype generated in the daily discursive instances of Black people in their multiple relations with the other. It is a qualitative research, based on Discourse Analysis (AD), drawing theoretically and methodologically on Amossy (2007; 2008) and on the conception of *ethos* developed by Maingueneau (2008a; 2008b), in a dialogue with human and social sciences theorists relevant to the debate on racism: Guimarães (2004; 2008), Munanga (2006) and others of extreme relevance, such as Bourdieu (2011), regarding the conceptions of territory and boundary.

**Keywords:** *Ethos*. Racism. Soccer.

## Introdução

Este estudo parte do pressuposto de que o discurso é possuidor de um caráter não linear, que se retroalimenta pelas vias histórico-ideológicas, eminentemente culturais, visto que é produzido numa interação sociodiscursiva, em que se inscrevem vários elementos do discurso. Sob esta ótica, cabe dizer que as enunciações são passíveis de inferências diversas, tendo em vista que o próprio discurso nos fornece evidências dos dizeres, sinais deixados pelo enunciador, ao definir seu posicionamento. Neste processo, entende-se que um *ethos* discursivo se constrói nos cenários do cotidiano e são redefinidos por representações imaginário-simbólicas: uma construção de representação de si e do outro emerge, não do nada, mas do discurso, enquanto ato de linguagem.

Considerando as assertivas feitas, esta pesquisa nasce diante da seguinte problemática: de que maneira o negro pode construir uma imagem positiva de si, se os discursos emergentes o colocam num lugar vazio, sem reconhecimento social, até mesmo no âmbito de um território convencionalmente construído como seu? Afinal, a reprodução de uma imagem racista, de um *ethos* identitário, no futebol, traduz-se como extensão das práticas do cotidiano? Para responder a esses questionamentos, as discussões ancoram-se na hipótese de que o *ethos* racista no futebol é uma construção histórico-ideológica, uma estereotipagem, gestada nas instâncias discursivas do cotidiano não só futebolístico, mas na tessitura da vida do negro, em suas múltiplas relações com o outro. Uma representação partilhada por aqueles que tentam legitimar seu dizer na marginalização do outro.

Ademais, este estudo fundamenta-se teórico-metodologicamente nas discussões travadas por Amossy (2007; 2008) e Maingueneau (2008a; 2008b), em dialogicidade com teóricos das Ciências Humanas e Sociais: Guimarães (2008; 2004), Munanga (2006). Por entender que todo texto científico necessita de recortes, cabe dizer que os primeiros norteiam o campo de saber em que se centra o estudo. Isto porque é neles que se encontra a noção de discurso que adotamos. Parafraseando Amossy (2007), é por esta via que os fundamentos fornecidos pela Análise do Discurso de orientação francesa (AD) permitem conciliar os estudos da argumentação retórica aos funcionamentos discursivos em situação de discurso, de comunicação, portanto. Sob este crivo, também emergem as discussões acerca do *ethos*, entendido, nesta

pesquisa, pelo olhar de Maingueneau (2008a), como dispositivo de adesão dos sujeitos a uma situação comunicativa, ao ocupar uma posição no discurso, na cena de enunciação. É salutar dizer que o *ethos* tem voz, produz uma estrutura enunciante, uma espécie de garantia de dizer que tem origem em seu fiador, enquanto sujeito social que exerce um papel decisivo, representativo, na instância discursiva.

Quanto ao método, trata-se de um recorte qualitativo – por seu caráter descritivo e analítico (RICHARDSON, 1999), para além das abstrações linguísticas –, em que se busca examinar o funcionamento da materialidade linguageira no entrecruzamento do linguístico e do social, entendendo o discurso em duas acepções: “(1) como maneira subjetiva de apreender a linguagem, ela própria entendida como capacidade, competência inata de se comunicar e (2) como manifestação oral ou escrita, ou seja, o discurso articulado, o ato retórico” (MAGALHÃES, 2019, p. 28). Logo, caminha-se, neste sentido, visando ao estabelecimento de conexões teórico-metodológicas. Interessam-nos os processos movidos pelo e no discurso imbricado no histórico-cultural. Ressalva-se o fato de que a categoria racismo de cor também se submete ao tratamento qualitativo, uma vez que se objetiva analisar os processos que o perpassam na construção do *ethos* ou da representação da imagem de si e do outro.

A escolha pelos recortes de análise respaldou-se no fato de que, em sua maioria, foram construídos numa interatividade não marcada pela costumeira técnica científica, já que o próprio Maingueneau (2018b) os denomina de *corpora* privilegiados, alusão que faz aos textos científicos, políticos, literários, publicitários e outros semelhantes. Sugere, além disso, que saíamos deles, visto que estão impregnados pela técnica científica, “para perceber que a construção do *ethos* é muito frequentemente uma tarefa incerta: porque os locutores ou os intérpretes não são *experts*, ou simplesmente porque os gêneros ou os tipos de discurso em questão não oferecem condições favoráveis” (MAINGUENEAU, 2018b, p. 323). Considerando esta linha de pensamento, esta pesquisa recortou, de textos jornalísticos midiáticos do universo futebolístico, cinco fragmentos de textos: dois destes mais longos, que se desdobram na análise, por fazerem apologia ao racismo através da enunciação “banana aos macacos”. Nestes, percebe-se que os enunciadores

naturalizam o uso da fala, pouco se importando com a norma linguística privilegiada.

Feitos os esclarecimentos acerca do campo de saber, do lugar de onde se fala, compete reiterar que a proposta se respalda na visão de Análise de Discurso defendida por Maingueneau (2008). Para este, há muitas controvérsias acerca da concepção de discurso: uma categoria de difícil concepção, tendo em vista sua inserção em diversas linhas de pensamentos e escolas, bem como os usos por vezes aleatórios e particulares praticados. Após inúmeras ressalvas a respeito da categoria discurso e análise de discurso, Maingueneau (2008b, p. 143) acrescenta que, no seu entendimento, “o interesse específico que governa a disciplina ‘análise do discurso’ é de apreender o discurso como entrecruzamento de um texto e de um lugar social, quer dizer que seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação”. Destaca a existência de um dispositivo de enunciação que os une, provenientes ao mesmo tempo do verbal e do institucional.

Enfatiza, ainda, que, em quaisquer dos casos, o analista há de considerar o papel central, decisivo, do gênero do discurso, por sua natureza e dimensão, haja vista a não simplicidade relacional entre texto e contexto. Isto porque não convém pensar as palavras distanciadas dos lugares que as autorizam ou tampouco os lugares desautorizados pelas palavras. As consequências seriam nefastas para o ato fundador do discurso ou das exigências que fundam a análise do discurso. Soares (2013) aponta que o discurso, sob a ótica de Maingueneau, deve ser compreendido

[...] como algo que ultrapassa o nível puramente gramatical, linguístico, levando em conta também (e sobretudo) os interlocutores (com suas crenças, valores) e a situação (lugar e tempo geográfico, histórico) em que ele é produzido. O discurso é contextualizado, isto é, todo enunciado só tem sentido no contexto em que é produzido: há um sujeito, um EU que se coloca como o responsável pelo que se diz e é em torno desse sujeito que se organizam as referências de tempo e de espaço. O discurso é interativo, pois é uma atividade que se desenvolve, no mínimo, entre dois parceiros (marcados linguisticamente pelo binômio Eu-Você). É uma forma de atuar, de agir sobre o outro. (SOARES, 2013, p. 272).

Nesse entremeio do discurso, Maingueneau (2008a; 2008b) estabelece as bases fundadoras do *ethos*, denominando-o discursivo. Em seus estudos, a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da adesão de

sujeitos a certa posição discursiva, lembrando ainda que o *ethos* está crucialmente estreitado ao ato de enunciação, por sua natureza construtiva, antes mesmo do pronunciamento do enunciador, visto que, sob este ato de comunicação, representações são produzidas. Por isso, Maingueneau (2008b) aponta a existência e distinção de um *ethos* discursivo e pré-discursivo, passando também a afirmar sua afinidade com o primeiro. Sucintamente, o último pode ser explicado pelo senso de pertencimento a um estilo, a uma linha de pensamento, a instituições, a ideologias, a convenções sociais etc.

Ressalva-se, entretanto, que as concepções de *ethos* discursivo passaram por inúmeras disputas teórico-metodológicas nos mais diversos campos de conhecimento. Nascimento (2019) esclarece que, mesmo nas pesquisas de Maingueneau, a noção de *ethos* tem passado por constantes mudanças e, portanto, reformulações. Ao retomar estudos anteriores, o autor “reafirma que o *ethos* fundamenta-se em uma perspectiva sociodiscursiva, constitui-se na enunciação e estabelece uma interação com o co-enunciador” (NASCIMENTO, 2019, p. 52). Por esta perspectiva, os enunciados não se processam como elementos nodais na construção de *ethos* discursivo, já que a enunciação passa a ocupar o lugar central nessa relação constitutiva. Aponta, também, que, como se trata de uma atitude socialmente avaliada, sua manifestação somente pode ser compreendida na enunciação, isto é, em uma cenografia e em determinada condição sócio-histórico-cultural.

Passando pela antiguidade clássica e por outras linhas teóricas, visando à discussão de *ethos* discursivo, bem como de conceitos a ele adjacentes, Magalhães (2019) produz uma leitura dinâmica e muito interessante acerca do trajeto de emergência histórica de *ethos* discursivo, com destaque para os estudos de Maingueneau. Assim, faz importantes observações: apesar das proximidades com a retórica antiga, os conceitos atuais não são idênticos, embora guardem semelhanças importantes; a fala não está mais restrita pelos mesmos dispositivos; a retórica, que era disciplina única, explodiu em diversas outras correntes teóricas e práticas, com interesses distintos, captando o *ethos* de formas diversas.

É uma noção discursiva (constrói-se por meio do discurso, não é uma imagem do orador, exterior à fala); está profundamente ligado a um processo interativo de influência do outro; é uma noção híbrida (sociodiscursiva), um comportamento julgado socialmente, que não pode ser apreendido fora de uma

situação de comunicação precisa, integrada ela mesma em uma conjuntura sócio-histórica determinada (MAGALHÃES, 2019, p. 36).

Na síntese, Magalhães (2019) explica que a visão de *ethos* discursivo, para Maingueneau, é construída, historicamente, em momentos diversos:

[...] Se, em 2013, o autor reforça que o *ethos* não é dito, mas percebido pelo auditório por meio do discurso, em 2014 retoma, explora a questão e vai de encontro ao que havia explicado, ao reconhecer a existência de duas categorias *ethos* dito (informações sobre si que o enunciador explicita textualmente) e mostrado (o que o enunciatário percebe a partir de outros enunciados), em situações principalmente ligadas a comunicações via internet. Essas situações demandam três estratégias na relação entre *ethos* dito e mostrado: pode haver (1) uma ruptura, caso haja divergência entre um e outro; (2) uma convergência entre eles, quando o dito se sustenta pelo mostrado e (3) um “desaparecimento do dito, em proveito somente do *ethos* mostrado”, mas não explica a terceira estratégia (MAGALHÃES, 2019, p. 38).

Ainda segundo Magalhães (2019), no mesmo ano, em outro artigo (*Le Recours a l’Ethos dans l’analyse du discours littéraire*), Maingueneau mantém essas duas categorias, mas retoma a questão do pré-discursivo e passa a denominá-lo como *ethos* anterior, uma vez que ambos estão no interior do discurso, ou seja, esse *ethos* anterior seria elaborado a partir do discurso.

Estudar o *ethos* discursivo é de uma complexidade tão grandiosa que o próprio Maingueneau (2018) nos adverte:

[...] Enquanto o *ethos* era um conceito puramente retórico, confinado ao domínio da arte oratória, um tipo de evidência a serviço de uma estratégia argumentativa unívoca, permanecemos pouco conscientes dos problemas que surgem de seu uso. Ao apropriar-se da noção de *ethos* a partir da década de 1980, estendendo seu campo de validade ao conjunto das produções discursivas, a análise do discurso passa a questionar seu conteúdo, seus poderes e seus limites. Mas parece-me que a reflexão ainda não foi longe o suficiente nesse sentido. O *ethos* continua sendo uma categoria insuficientemente especificada para ser a medida da diversidade de situações de comunicação (MAINGUENEAU, 2018, p. 330).

Diante dessas assertivas, torna-se relevante dizer que, no que se refere ao *ethos* discursivo, corroboram-se, sucintamente, os dizeres de Nascimento (2019, p. 52), por entender que, “na verdade, o *ethos* discursivo é, pelo que antecede, uma manifestação subjetiva, emerge na enunciação e engloba o *ethos* dito, sinalizado por referências diretas.” Quanto ao *ethos* mostrado, é “construído por pistas que o enunciador oferece, no funcionamento do discurso; mas que ele pode não estar explicitamente ali representado.” Ou

como bem distingue Maingueneau (2018, p. 323): “[...] *ethos* dito (o que o locutor diz sobre si mesmo) e *ethos* mostrado (o que mostra sua maneira de enunciar)”. Vale lembrar que, tanto na instância do *ethos* dito quanto do *ethos* mostrado, o papel exercido pelo co-enunciador na interação comunicativa é de suma importância.

### 1. Fronteiras racistas de cor: construção do *ethos* no futebol brasileiro

Diante das asserções, em que circunstâncias o racismo de cor estaria inscrito? Na esteira de Maingueneau (2008b), entendemos que em duas instâncias – discursiva e pré-discursiva –, pois se trata de hábitos, costumes, comportamentos e posturas aprendidos, internalizados e mobilizados por uma historicidade ideológico-cultural, também por discursos preconceituosos, impregnados em um povo que discrimina pela cor; por outro lado, o racismo assume um caráter e corporalidade ao ser enunciado por sujeitos que são afiançados pelas representações sociais do que vem a ser branco e negro. A garantia do dizer passa pela reciprocidade afiançada pela receptividade do outro.

Destarte, cabe dizer que o racismo, no Brasil, assume caracteres diferenciadores, pois foi alicerçado por uma base hierárquica produtora de um discurso preso a narrativas eurocêntricas e brasileiras que proliferaram uma pseudo-visão de democracia racial, conotando uma harmonia não preconceituosa: a ideologia da democracia racial, oriunda, em especial, da importante obra de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala* (GUIMARÃES, 2008). Oliveira (2011) pontua que as raízes desta ideologia estão fincadas nas ideias de Blumer e da tradição sociológica de Chicago, tendo em Robert Park e Donald Pierson seus principais representantes, que negaram a existência de preconceito racial no Brasil.

Com Freyre, conforme Guimarães (2008), o mito da democracia racial ultrapassou as barreiras nacionais, sendo propagado em outros países. Esta pseudo-democracia foi extremamente criticada por Fernandes (2007), que evidenciava o quanto o negro ainda se encontrava à revelia de uma possível inserção na sociedade. Fernandes (2007) traça o perfil do regime de classes a partir da posição do negro na sociedade brasileira. Aponta, em especial, que a liberdade conquistada com a abolição da escravidão e o surgimento de

regime de classes não foi suficiente para produzir vantagens econômicas, sociais e culturais ao negro.

Segundo Fernandes (2007), existe um abismo entre as ideologias e utopias raciais dominantes no Brasil, construídas no passado por elites brancas e escravistas, e a realidade racial. Salienta que, ao analisar a situação real do negro, não é possível ignorar o período escravista, bem como a instauração da ordem social competitiva, tendo em vista que a abolição não afetou, apenas, a situação do escravo: afetou também a situação do “homem livre de cor”. “Na verdade, a abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. [...]. O ‘homem de cor’ viu-se duplamente espoliado.” (FERNANDES, 2007, p. 64-71, grifo do autor). Ao ser “liberto”, que indenização ou garantia de assistência recebeu o negro, enquanto ex-agente de trabalho?

Fernandes (2007) ressalta que o negro se enxergou, repentinamente, numa arena competitiva em relação ao branco, sem meios ou mecanismos capazes de um enfrentamento menos perverso. As situações degradantes que outrora eram de responsabilidade do negro continuavam no entorno de sua realidade, agora de forma mais sutil. Sob uma ótica sociológica, o negro ainda não conseguia ser absorvido pelas estruturas ocupacionais hierárquicas, sociais e culturais, constituídas sob o olhar e os mecanismos de extensão do capitalismo. Na síntese,

[...] a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado. [...] Os únicos canais eficientes de ascensão social na sociedade brasileira, ainda continuam, quase tão fortemente como no passado, como privilégios sociais das elites das classes altas e da “raça dominante”. O negro e o mulato, como eles diriam, aí “não têm vez”, encontrando-se rigidamente bloqueados por privilégios sociais que possuem inevitáveis e profundas implicações raciais (FERNANDES, 2007, p. 64-71).

Vale lembrar que, em termos de Brasil, busca-se confluir as ideias de Maingueneau (2008) acerca do *ethos* com o pensamento de Bourdieu (2011) sobre fronteira, visto que, para este, esta terminologia ultrapassa a visão reducionista de mapear, pura e simplesmente, um território geográfico. Para tanto, Bourdieu (2011) retoma de Milton Santos (1994) a visão metafórica de desterritorialização. Fronteira, para além dos mapas políticos, demarca “um território que está fora e dentro, perto e longe, na trama das relações sociais e

nas mentalidades no que parece muito objetivo e no que se esconde na subjetividade” (BOURDIEU, 2011, p. 220). Assim, cada indivíduo carregaria consigo várias fronteiras desenhadas pelos contextos discursivos produzidos nas entranhas dos vários lugares circunstanciados historicamente. Logo, a produção do discurso racista de cor, no Brasil, traz marcas seculares de uma fronteira coletiva: “[...] Parecem museus imaginários de espaços e tempos pretéritos, de formas de vida ou ser longínquas, imemoráveis.” (BOURDIEU, 2011, p. 220).

Numa busca desenfreada de justificar o injustificável, o *ethos* da brancura tem suas raízes mais profundas tanto na visão científica quanto no processo de colonização. Schwarcz (1993, p. 57-86) aponta que a ciência se esforçou, em demasia, para provar a supremacia de uns sobre os outros, inclusive com base em um constructo bem alicerçado por áreas como o direito, a antropologia, denominada cultural e, posteriormente, com mais afinco, a biologia, mediante a ascensão do chamado darwinismo social. Segundo a referida autora, o conceito de raça é introduzido na literatura mais especializada em meados do século XIX, por Georges Cuvier, o construtor da ideia de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos.

Sob essas assertivas, o conceito de raça era utilizado para destacar a hegemonia do branco sobre o negro em todos os sentidos. Esboçava-se um projeto marcado pela diferença de atitude entre o cronista do século XVI e o naturalista do século XIX, “a quem não cabia apenas narrar, mas classificar, ordenar, organizar tudo que se encontra pelo caminho” (SUSSEKIND 1990 *apud* SCHWARCZ, 1993, p.63). Até mesmo para mostrar que, em termos anatômicos, o crânio do branco se diferenciava da esfera craniana do negro, visto que esta era menor que a estrutura daquele, e, portanto, inferior no que diz respeito à capacidade de pensar. Samuel George Morton e Paul Broca, aponta Schwarcz (1993), também se tornaram grandes mentores deste pensamento nefasto, deixando não só seguidores, mas rastros de um paradigma que se denominou poligenismo:

Sociedades rivais então surgiram, reiterando essa divisão teórica. Esse é o caso da “Sociedade Anthopológica de Paris”, fundada em 1859 por Paul Broca, famoso anatomista e craniologista, estudioso da biologia humana e defensor das teorias poligenistas. O postulado de Broca era de que as diversidades humanas observáveis eram um produto direto das diferenças na estrutura racial. Para esse cientista, o principal elemento de análise era o crânio, a partir do qual

de poderia comprovar a inter-relação entre inferioridade física e mental (SCHWARCZ, 1993, p. 67).

Schwarcz (1993) continua a dizer que havia uma disputa teórica, envolvendo várias disciplinas científicas na defesa do monogenismo e poligenismo, minimizadas somente com o surgimento do darwinismo social, transformando-se, gradativamente, em máximas consensuais de referência obrigatória. Nas palavras de Hofstadter (1975), citado por Schwarcz:

Se muitos descobrimentos científicos afetaram profundamente maneiras de viver, nenhum teve tal impacto em formas de pensar e crer... o darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e economia – , formou uma geração social darwinista (SCHWARCZ, 1993, p. 72).

Oliveira (2011) discute o racismo de cor e apresenta outro paradigma elementar que sustentou por muitos anos os dizeres e atitudes do branco: trata-se do processo de colonização. Neste âmbito, apresenta as abordagens teóricas de Guimarães (2004) e Conceição (2006) ao dizer que colonizar representava não só usurpar terras e riquezas naturais, mas subjugar, maltratar, dizimar, escravizar etc.. Conceição (2006) destaca que o racismo – etnocentrismo carregado de diferenças raciais, reais ou imaginárias – não tem mais de quatro séculos. Nasce com a expansão europeia, da qual deriva o tráfico escravo. Cita Albert Memmi para acrescentar que o racismo resume e simboliza a relação fundamental que une colonizado e colonizador, configurando-se como ideologia-chave, organizadora, do colonialismo. Destarte, conclui Conceição (2006), não há colonialismo sem racismo. Conceição (2006, p. 50) ressalta ainda:

Pode-se afirmar, de modo geral, que não havia preconceito racial antes do século XVI, uma vez que até essa época as ideologias de dominação não tomavam como justificativa a raça (ou o mito racial), mas as divergências culturais ligadas sobretudo às diferenças de religião: “fiéis” contra “pagãos”; cristãos contra muçulmanos, ou contra judeus, por exemplo. Ao tempo do século XV e XVI legaram relatos isentos de preconceito racial. O racismo, como ideologia elaborada, é fruto da ciência europeia a serviço da dominação sobre a América, África e Ásia. A ideologia racista se manifesta a partir do tráfico escravo, mas adquire o estatuto de teoria após a revolução industrial europeia.

Oliveira (2011) ratifica os autores especificados ao dizer que o conceito de raça, sob um crivo sociológico, aproxima-se muito do ato de colonizar. Todavia, muito além da conotação de separação, na atualidade, traduz-se

como um mecanismo analítico de alguns aspectos sociais, no que se refere aos estudos da distribuição de renda, do acesso à educação e ao emprego, entre outros. Refere-se a diferenças físicas socialmente significativas, e não a distinções biológicas que determinam traços de comportamento. Trata-se de uma variável explicativa.

Assim, cabe dizer que um *ethos* racista de cor foi construído sob alicerces firmes e de difícil contestação, já que o solo era cientificista, dogmático e convencional. Um cenário produzido por cenas enunciativas grotescas e vergonhosas que perduram ao longo da história de um povo.

Parafraseando Maingueneau (2008b), dir-se-ia que esse tipo de *ethos*, ao desconstruir a imagem do outro, constitui uma imagem notória de si, do branco, capaz de convencer o auditório, ao ganhar sua confiança. Como se trata de discursos circunstanciados pela memória histórica e social, convém lembrar também o conceito de *doxa*, discutido por Amossy (2008), entendido como o saber prévio que o auditório possui sobre o orador. Em que época se inscrevia aquele auditório e orador científico? Século XIX. Época das grandes padronizações científicas coercitivas. Como já afirmado, para Maingueneau (2018a; 2018b) o *ethos* fundamenta-se numa interação sociodiscursiva, constituída na enunciação e co-enunciação. Entendemos que a co-enunciação pressupõe a interação do leitor com o enunciador, uma espécie de cooperação entre as partes do discurso, em que um afiança o outro. Para que este processo aconteça, é necessário que o enunciador ofereça pistas, marcas em seu texto, que conclamem o leitor (co-enunciador) como partícipe de engendramento e tessitura do discurso. Dessa forma, convém questionar: ao enunciar um racismo de cor autorizado, a ciência via a sociedade como co-enunciadora de seu discurso? Parafraseando Nascimento (2019), é cabível dizer que o enunciador provocou uma abertura ao co-enunciador, buscando uma corporificação para o negro, dentro dos padrões instituídos pela ciência. Corroborar-se o pensamento de que há um espaço de convergência nas representações celebradas entre si. E, na atualidade, há justificativas para a presença enunciativa de “banana aos macacos”, nos campos de futebol, como apologia ao racismo? Frente à recorrência desta enunciação, qual a postura dos co-enunciadores?

## 2. Discurso: lugar de engendramento do *ethos*

Segundo Eggs (2008), o lugar do discurso é alicerçado pelas escolhas do orador, enquanto sujeito enunciador do discurso. Cabe dizer, dessa forma, que o *ethos* não é dito explicitamente, é mostrado, exprimido por aquele que enuncia. “O lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as escolhas feitas por ele.” (EGGS, 2008, p. 31). Observa-se, então, que, no cenário futebolístico, os dizeres são escolhidos no limiar das paixões por times que os representam. O anonimato torna-se o lugar do enunciador, onde fronteiras são dissolvidas e paradoxalmente fortalecidas pelos enunciados. Os cânticos são entoados na certeza da recíproca verdadeira. Um *ethos* coletivo se constrói nas entranhas do futebol, vez que as representações difusas traduzem-se em axiomas perpetrados por estigmas histórico-cultural-ideológicos.

Para Maingueneau (2008a, p. 72), “esses estereótipos culturais circulam nos registros mais diversos da produção semiótica de uma coletividade: livros de moral, teatro, pintura, escultura, cinema, publicidade” e, complementando-o, nos estádios de futebol. O autor destaca o fato de as enunciações estarem atreladas aos vários gêneros do discurso e de que são estes os suscitadores das cenas de enunciações. Apresenta três conceitos: cena englobante, cenografia e cena genérica. Esta pertence aos gêneros que dificilmente mudam sua forma, a exemplo das receitas e bulas de remédio; quanto às duas primeiras, apesar de seu estreitamento, diferem em suas instâncias, pois uma corresponde ao estatuto do discurso: se religioso, político, filosófico etc; enquanto a outra não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto, respectivamente. Significa dizer, neste estudo, que o estádio de futebol torna-se palco para cenografias produzidas acerca do racismo de cor.

Entretanto, sobre a cenografia, Maingueneau (2008a) esclarece que não emprega o termo no mesmo sentido que o teatro, pois acrescenta à terminologia um duplo valor: à noção de cena, acresce-se o de inscrição; para além da oposição empírica entre o oral e o escrito, uma enunciação se caracteriza, de fato, por sua maneira específica de inscrever-se, de legitimar-se, prescrevendo-se um modo de existência no interdiscurso; por seu turno, a cena enunciativa não é definida em termos de um quadro de decoração, como se o discurso se manifestasse num espaço produzido *a priori*, independente desse discurso, “mas consideramos o desenvolvimento da enunciação como

instauração progressiva de seu próprio dispositivo de fala” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77-78). Apreende que -grafia nos remete a quadro e processo. Sendo assim, parafraseando-o, a cenografia torna-se um espaço em que discursos vão e voltam num constante engendramento: lugar de produção de discursos. Compreender estas afirmações, pela leitura de Maingueneau (2008), é salutar para o momento:

A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar como convém, a política, a filosofia, a ciência... São os conteúdos desenvolvidos pelo discurso que permitem especificar e validar a própria cena e o próprio *ethos*, pelos quais esses conteúdos surgem. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 77-78).

Assim, acompanhando a produção teórica do autor acima citado, na perspectiva de Nascimento (2019), convém dizer que o imaginário sociocultural dos enunciadores é constantemente reatualizado pelas narrativas vivenciadas, criando um efeito de adesão, ao ativar uma memória histórico-ideológica pelas marcas do dito. O *ethos* projetado nessas instâncias discursivas é a imagem do macaco associada a uma estereotipagem pejorativa, do negro. Os recortes discursivos, extraídos do texto jornalístico e midiático, escrito por Benites (2014), apresentam as inferências sobre as quais se fala e reportam-se à fala de um goleiro, amplamente divulgada pela cultura da mídia:

Quando ainda era goleiro do [...] em 2014, o [...] foi chamado de macaco por vários torcedores do [...]. Câmeras de televisão flagraram as ofensas racistas. O clube acabou punido com a exclusão da Copa do Brasil. No mesmo ano, o goleiro voltou a jogar na Arena do [...]. Passou a partida inteira sendo vaiado por uma expressiva parcela da torcida. Ao fim do jogo, afirmou que a manifestação, logo depois de ter sido alvo de injúria racial, reforçava o preconceito dos gremistas que o atacaram e que aquelas vaias não eram normais. Repórteres que o cercavam se comportavam como inquisidores. Alguns, lançando sorrisos provocativos, insinuavam que Aranha deveria reagir calado ao açoite. [...] Ao fim da partida em que o [...] venceu o [...] por 2 a 0, [...] concedeu uma entrevista emocionado. “Eu fico nervoso. Desculpe a palavra, fico puto dessas coisas acontecerem. Dói. Dói. Dói. Eu falei para ele [árbitro]: ‘não é possível’. E ele disse que eu estava insultando a torcida. Me chamaram de preto, e eu virei para a torcida, bati no braço dizendo, sou preto, sim. Sou negão, sim. Se isso é insultar, eu não sei”, afirmou às emissoras de rádio e TV. (BENITES, 2014, p. 1).

Pelas materialidades da instância discursiva, percebe-se que os enunciados estão perpassados por uma memória coletiva, construtora de um

*ethos* previamente estabelecido. No contexto cenográfico, o racismo de cor é evocado aos moldes das representações histórico-ideológicas que colocavam o negro numa visão subalterna. Aqui, o auditório é conclamado à adesão ao discurso dos predecessores do darwinismo social, que defendiam a tese da Evolução Humana originária do macaco, conhecida como teoria de Lamarck.

Para além do discurso racista metafórico, há vários atravessamentos interdiscursivos que subjagam o negro, reinscrevendo-o num lugar retrógado de outrora: “Passou a partida inteira sendo vaiado por uma expressiva parcela da torcida”; “Repórteres que o cercavam se comportavam como inquisidores.”; “deveria reagir calado ao açoite”; “E ele disse que eu estava insultando a torcida”; “sou preto, sim. Sou negão, sim. Se isso é insultar, eu não sei.” Os primeiros excertos conduzem o leitor a uma representação evocada por uma memória histórico-coletiva que exorta a miscigenação como razão do atraso do povo brasileiro: o time perde, a responsabilidade é do negro.

Portanto, escarnecido e desmoralizado, frente àqueles considerados como seus iguais, semelhantes, no que diz respeito a ser humano. É possível recortar, diante do exposto, a visão de Maingueneau (2008a) sobre *ethos* dito, pois, além da figura do fiador e do antifiaador, pode também incidir sobre o conjunto de uma cena de fala, chamada de cena validada, referindo-se àquela que se fixa facilmente em representações estereotipadas popularizadas pela iconografia. Quem seria o ícone, a representação do belo naquela cenografia? Pelos fragmentos recortados, evidencia-se que o belo é o belo do branco.

Para confirmar as assertivas supracitadas, Souza (1983) explicita:

É a autoridade da estética branca quem define o belo e a sua contraparte, o feio, nessa nossa sociedade classista, onde os lugares de poder e tomada de decisões são ocupados hegemonicamente por brancos. Ela é quem afirma: “o negro é o outro do belo” (SOUZA, 1983, p. 29).

Quanto ao enunciado “seus inquisidores”, carrega uma semântica interdiscursiva que atrai o olhar do leitor a construir uma imagem de sujeito cerceado por pessoas que querem ver a fogueira acender, mas não o dizem, pois conseguem construir um *ethos* mostrado não explícito, uma santa inquisição branca: um fogo referendado por aqueles que buscam legitimar o discurso da brancura. Há uma fusão simbólica de papéis, vez que os supostos delatores midiáticos entram em concordância com a imagem emergente

daquela cena validada. Lembrando que o caráter paradoxal desta é, ao mesmo tempo, exterior e interior ao discurso que a evoca. “É exterior no sentido de que lhe preexiste, em algum lugar do interdiscurso; mas é igualmente interior, uma vez que é também o produto do discurso, que a configura segundo seu universo próprio.” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 82).

As discussões travadas por Carvalho (2008), ao abordar um racismo denominado de fenotípico, referente à cor da pele, são cabíveis para o entendimento da representação do *ethos* privilegiado do branco e o desprivilegiado relativo ao negro, construído pela cenografia em foco. O autor ressalta o quanto os estereótipos da imagem estão ligados a uma construção culturalmente perversa. Aponta que o tratamento dado à pele na contemporaneidade guarda resquícios de um comportamento histórico imagético proliferado pela indústria cultural, possibilitando a passagem da arte aurática para a arte sem aura – a arte que se reproduz tecnicamente e se afasta de sua dimensão única e sagrada: processo contínuo e cada vez mais eficaz de fabricação estética da hierarquia dos seres humanos. A arte clássica – estátuas pinturas, desenhos, xilogravuras, gregas romanas e medievais – atualizou-se mediante reproduções técnicas, racionalmente difundidas por uma política imperial, a partir do século XVIII, processo intensificado nos últimos duzentos anos com a difusão de diversos dispositivos: livro didático, revista, jornais, catálogos de exposição, capas de livros, internet etc. Com a proliferação da imagem idealizada, os ocidentais – homens e mulheres – passaram a ocupar uma posição imagética de destaque, o que contribuiu, sobremaneira, para internalizar uma imagem simbólica cultural, um padrão de beleza do branco (OLIVEIRA, 2011).

Quanto às enunciações discursivas (MAINGUENEAU, 2008b), “deveria reagir calado ao açoite”, reportam à dor da senzala, à sujeição do negro diante do senhorio exercido pelos colonizadores ou o retorno à chibata, bem como à naturalização do processo de hegemonia secularizada de uma raça sobre a outra. A discursividade de raça está eminentemente ligada à colonização. Isto porque os europeus, ao se depararem com povos que deles se diferenciavam, trataram não só de evidenciar uma supremacia étnica, mas impor condições que preestabeleciam representações bem delimitadas, materializando um discurso do dominante sobre o dominado. As imagens da supremacia e do

ação estão extremamente entrelaçadas aos processos que estiveram na base da construção da identidade europeizada do branco.

Conhecer outras instâncias discursivas é de suma importância, para o entendimento:

“A gente havia perdido o jogo de 6 a 1, eu já tinha tomado banho, estava saindo do estádio com mais dois jogadores e um grupo de jogadores do [...] começou e ofender a gente de longe, ofender nossa família, falando que nosso time era ruim, que a gente não prestava... E a gente só observando. Aí saímos no portão e eles estavam na rua, e continuaram ofendendo. Foi quando a gente começou a debater com eles. Um empurra daqui e outro empurra dali”, lembra. “Ele pegou e me chamou de macaco. ‘Vai seu macaco, você não tem nem tamanho. Vai comer banana, seu macaco’ [...] ‘O que aconteceu comigo não pode passar em branco. Ele podia estar bêbado, mas não justifica o que ele falou, o que ele fez. As pessoas acham que, por a gente ser jogador, que nosso trabalho é diferente do delas. É um trabalho comum que nem de todo mundo. Eu estava indo para casa. E se minha família estivesse aqui e tivesse visto uma coisa dessa. Como minha mulher e minhas filhas veriam isso? Xingar na hora que está jogando é normal, mas passou das quatro linhas tem que haver respeito. Esse negócio de preconceito tem que parar: racial, sexual. No mundo que vivemos tem que acabar isso. Não desejo mal a ele. Só quero que ele pare e pense no que ele fez, porque foi um ato covarde”, desabafou. (OBSERVATÓRIO, 2018, p. 1).

Inferre-se, das discursividades, a existência de violência não só simbólica como literal em relação ao negro. Sua imagem parece causar incômodo ao outro. Sob este aspecto, concordamos com Amossy (2008) ao enxergar o *ethos* como mecanismo de argumentação, visto que, para sua constituição, a interação no discurso torna-se elementar, tanto em relação à perspectiva interacional, que evidencia a eficácia discursiva no processo, quanto à institucional, ao pressupor a não dissociação dos participantes a posição ocupada no interior do discurso sob o qual atuam. O texto discursivo não faz alusão à cor do sujeito que denomina o negro de macaco. Todavia, apreende-se da fala, uma vez que marcas de um *ethos* construído historicamente pelo branco são acionadas no discurso, visando ao alijamento do negro. Assim, mesmo bêbado, o branco se vê na condição superior de elite e território simbólicos, ao atacar o negro: “Vai seu macaco, você não tem nem tamanho. Vai comer banana, seu macaco”. Mais uma vez a alusão à metáfora grotesca de animal não racional, de inferiorização: um comedor de banana, pura e simplesmente. Por outro lado, o negro, diante da posição desprivilegiada que ocupa, apaga-se, tanto é que “xingar na hora que está jogando é normal.” Naturaliza-se uma situação de inferioridade. Necessário se faz evocar

Munanga (2006), pois alerta que um dos principais entraves do negro à aceitação, em relação à identidade, é a falta de reconhecimento do outro. Se seu *ethos* negro é depreciado, reforça-se o apagamento de seus atributos, por não se enxergar no outro, ou seja, em seu convivente social.

Vale dizer, também, que o discurso denota o fato de que, entre os seus, não há medo, rejeição; a imagem produzida no e pelo seio familiar é positiva: “E se minha família estivesse aqui e tivesse visto uma coisa dessa. Como minha mulher e minhas filhas veriam isso?” Esta cenografia revela pistas de um enunciador preocupado com a possibilidade de mácula de sua imagem. É perceptível que o *ethos* constituído passa a sofrer ameaças internas, diante da possível desconstrução identitária.

Em outra situação, o enunciador evoca dizeres interdiscursivos que visam à construção da seguinte cenografia: “[...] Fora seu macaco do caralho, vaza do meu time, você é um lixo, não honra o manto! Tem que morrer vivo” (AQUIPOSSA INFORMATIVO, 2017, p. 1). Neste recorte, os itens lexicais (macaco do caralho, lixo e não honra o manto) trazem uma carga semântica que instaura não só o medo, mas a vergonha, por uma imagem tripudiada pelo outro, produzindo um *ethos* pejorativo sobre o negro. Esta enunciação ultrapassou os muros do futebol e vazou nas redes sociais, incitando o ódio e preconceito contra o negro. Nesta instância, emerge o interdiscurso: suscita-se outro acontecimento histórico-cultural, para fazer valer o dito, o discurso do micro-ondas, haja vista que “quem não honra o manto tem que morrer vivo”, ou seja, o negro é previamente o responsável, devedor ao outro, sentenciado pelo discurso do torcedor do time derrotado. Para o entendimento desse tipo de interdiscursividade, é conveniente lembrar Maingueneau (2008a, p. 82), por ressaltar as condições do exterior que preexiste ao discurso e do interior que lhe é constitutivo, produto, bem como conhecer a concepção do mecanismo de morte citado:

Micro-ondas - Segundo o delegado, este tipo de homicídio é muito utilizado por quadrilhas que querem dar exemplos ou literalmente queimar arquivo. Criminosos [...] geralmente envolvidos com o tráfico, são os que mais recorrem a este recurso. Os alvos preferidos são traidores, dedos-duros, integrantes de grupos rivais, devedores e outros que mereçam, de acordo com o conceito dos bandidos, “mortes exemplares”. (NUCCI, 2014, p. 1).

Em todos os aspectos, o negro para se inserir na arena do branco teve seu *ethos* mutilado simbolicamente. Isto é notável até no que diz respeito à

inserção daquele aclamado como rei do futebol. Os discursos da época intentavam o branqueamento a qualquer custo: “Como, neste país, chamar preto de negro – que é cor, não é defeito, ofende, chamaremos o [...] de chocolate, que é, afinal, uma misturazinha com um pouco de leite. [...] o chokolatizinho [...]” (FLORENZANO, 2017, p. 2).

### Considerações finais

Por meio dos fragmentos recortados, em dialogicidade com o campo teórico-metodológico que trata do discurso enquanto lugar de enunciação e construção de *ethos*, é salutar dizer que, no futebol, existe um discurso de fronteira que, historicamente, não só separa como dicotomiza o branco e o negro. Para ratificar o dito, convém ao momento trazer à luz um dos fragmentos discursivos recortados de um antigo estatuto de um dos grandes clubes brasileiros do Sul do Brasil, considerando que, até 1952, não aceitava a inclusão de negros em seu time: “A diretoria [...] vem trazer ao conhecimento de seus associados e simpatizantes que, por decisão unanime, resolveu tornar insubsistente a norma que vinha sendo seguida de não incluir atletas de cor em sua representação de futebol”. (CORREIO DO POVO, 1952 *apud* MANENTI, 2014, p. 1).

Pelo caráter das circunstâncias discursivas supracitadas, corroboramos Maingueneau (2008b, p. 73) ao dizer que “as ideias apresentam-se por uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser”. A tonalidade do discurso não se encontra apenas no texto falado para o citado autor, como é possível comprovar pela manchete estampada. Historicamente, há vozes ecoantes no outro, conclamado a situar-se no âmbito do discurso e para além dele: é como se o negro recebesse um grande presente do branco, traduzindo-se em privilégio social – o negro no mundo dos brancos (FERNANDES, 2007). As representações simbólico-ideológicas consolidadas, de maneira especial pelo discurso do branco, estabelecem fronteiras, separação, demarcam um território delimitado para o negro. Ao enunciar, o sujeito daquele discurso tem seu posicionamento afiançado por uma cultura elitista e historicamente preconceituosa. O lugar de onde fala é garantido não só pela posição sujeito, mas por seus sujeitos leitores. Uma ressonância recíproca, portanto, um acontecimento, inscrito em uma configuração sócio-histórica, indissociável da

organização de seus conteúdos e do modo de legitimação de sua cena discursiva (MAINGUENEAU, 2008).

Pelas discussões travadas, compete dizer que o *ethos* produzido pelo sujeito brasileiro, ao afirmar uma convivência pacífica no Brasil entre negros e brancos, é uma inverdade, pois os discursos materializados no cenário do cotidiano demonstram o racismo de cor como uma problemática longe de ser resolvida ou vencida. Em especial num campo discursivo conhecido, historicamente, como mais específico ao negro, quando se trata de Brasil, outra inverdade produzida pelo mito da democracia social. O *ethos* discursivo produzido no futebol ainda está preso às amarras eurocêntricas e eminentemente colonialistas que preestabelecem um lugar subalterno ao negro nas relações de poder travadas no cotidiano. O *ethos* do branco delimita não só a imagem de si do negro como se torna proeminente nas fronteiras por eles ocupadas.

Sob esta ótica, corroboram-se os pressupostos, visto que as cenografias dos discursos desnudam uma estereotipagem produzida convencionalmente que se repete no âmbito do discurso futebolístico – *ethos* prévio. Dessa forma, enunciações preconceituosas são reforçadas e transformadas: o velho racismo emerge numa nova roupagem discursiva. A qualidade do *ethos* construído é compatível com o mundo que o branco traz para seu discurso. Assim, identidades são construídas e fortalecidas. Nesta arena, sem nenhum determinismo, o negro tem ocupado um segundo plano de construção. É salutar dizer que a territorialidade do futebol se materializa enquanto poderoso instrumento de análise da realidade social.

Destarte, compreende-se que o racismo no futebol pode ser traduzido enquanto extensão das práticas sociais do cotidiano. Infelizmente, existe em todas as instâncias e carece ser debatido e enfrentado numa dimensão mais ampla, não apenas num segmento específico. Chega de racismo no futebol ou em qualquer outro espaço. Necessário se faz repensar a territorialização do negro em fronteiras que não o releguem a sub-representações. O recrudescimento do racismo de cor já não cabe nas fronteiras dos relacionamentos interpessoais ou tampouco nas produções das imagens contemporâneas.

## Fontes

AQUIPOSSA INFORMATIVO. **Mais um flamenguista comete racismo na Internet.** 2017. Disponível em: <https://aqipossa.blogspot.com.br/2017/03/mais-um-flamenguista>. Publicado em março de 2017. Extraído em abril de 2018.

BELCHIOR, Douglas. **Sobre macacos, bananas e racismo.** Disponível em: <https://reciclavelxdescartavel.wordpress.com/2014/05/01/sobre-macacos-bananas-e-racismo/>. Publicado em 01 de maio de 2014. Extraído em março de 2018.

BENITES, Afonso. O futebol brasileiro enfrenta mais um caso de racismo. **EL PAIS ESPORTES.** Publicado 29 de agosto de 2014. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/29/deportes/1409339595\\_148262.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/08/29/deportes/1409339595_148262.html). Extraído em fevereiro de 2018.

FLORENZANO, José Paulo. Como o racismo estava presente no discurso da imprensa na época da ascensão de Pelé. **NEXO JORNAL LTDA.** Publicado em 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/externo/2017/11/12/Como-o-racismo-estava-presente-no-discurso-da-imprensa-na-%C3%A9poca-da-ascens%C3%A3o-de-Pel%C3%A9>. Extraído em abril de 2018.

MANENTI, Caetano. Futebol a cores, uma história de racismo no Rio Grande do Sul. In: **Observatório da discriminação racial no futebol.** 2014. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/historias/futebol-a-cores-uma-historia-de-racismo-no-rio-grande-do-sul/>. Extraído em dezembro de 2017.

OBSERVATÓRIO. **Jogador acusa torcedor de injúria racial: “vai comer banana, seu macaco.”** Publicado em 20 de março de 2018. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/jogador-acusa-torcedor-de-injuria-racial-vai-comer-banana-seu-macaco>. Extraído em dezembro de 2018.

NUCCI, R. Bandidos queimaram vítima em “micro-ondas” para não deixar vestígios. **Campo Grande News.** Publicado em 15 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/bandidos-queimaram-vitima-em-micro-ondas-para-nao-deixar-vestigios>. Extraído em agosto de 2019.

## Referências

AMOSSY, Ruth. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução: Adriana Zavaglia. **Filologia e Linguística Portuguesa**, n. 9, 2007, p. 121-146.

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

BOURDIEU, Pierre. o novo mapa do mundo. *In: A sociologia e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Jorge. Racismo fenotípico e estéticas da segunda pele. *Revista Cinética*. Brasília: UnB, 2008.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **África**: um novo olhar. Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. *In: AMOSSY, Ruth (Org.). Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Cortez, 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito racial**: modos, temas e tempos. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito e Discriminação**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MAGALHÃES, Ana Lúcia. Artimanhas do ethos. *In: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). Inteligência retórica: o ethos*. São Paulo: Blucher, 2019. p. 29-44.

MAINGUENEAU, Dominique. Imagem de autor: não há autor sem imagem. *In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Perez de (Org.). Doze conceitos em análise do discurso*. Tradução: Adail Sobral et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 139-156.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. *In: AMOSSY, Ruth. Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008a. p. 69-92.

MAINGUENEAU, Dominique. Discurso e Análise do Discurso. *In: SIGNORINI, Inês. Rediscutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b. p. 135-155.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2018a.

MAINGUENEAU, Dominique. Retorno crítico à noção de ethos. *Revista Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 321-330, 2018b.

MUNANGA, Kabengele. Construção da identidade negra no contexto da globalização. *In: RIBEIRO, Gilvan; BRUNO, Renato (Org.). Vozes (além) da África*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006. p. 18-41.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Em torno do ethos discursivo e de questões de identidade. *In: Inteligência retórica: o ethos. In: FERREIRA, Luiz Antonio (Org.). São Paulo: Blucher, 2019. p. 45-62.*

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. **O discurso do branco e para o branco: uma análise discursiva de rótulos e propagandas**. 2011. 228fl. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOARES, Alexandre Ferrari. Maingueneau. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Estudos do Discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 261-279.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

### Forma de citação sugerida

OLIVEIRA, Mirian Ribeiro de. Ethos racista de cor no futebol brasileiro: uma construção histórico-ideológica. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 20, v. 1, p. 203-224, 2020. DOI 10.17648/eidea-20-v1-2611.